

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 26-8-2020.

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Ramiro Rosário e Reginaldo Pujol. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 095/20 (Processo nº 0248/20), de autoria de Cláudia Araújo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 038/20 (Processo nº 0089/20), de autoria de Mauro Pinheiro. A seguir, o Presidente informou que não se ingressaria na Ordem do Dia na presente sessão, por estar pendente a realização de audiências públicas requeridas para proposições de iniciativa do Executivo Municipal, em relação às quais há pedido de tramitação em regime de urgência. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni e Adeli Sell. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 3ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 017/20. Às quatorze horas e cinquenta e três minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Boa tarde a todos. Solicito ao Dr. Luiz Afonso que proceda à chamada nominal para verificação de quórum para abirmos os trabalhos desta sessão.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e três vereadores presentes.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Nós temos um quórum mais do que necessário para a abertura dos trabalhos. Declaro aberto os trabalhos desta 041ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal, e, logo a seguir, encareço ao nosso diretor legislativo que conceda as informações a respeito das matérias que se encontram em pauta e das novas matérias que precisam ser apregoadas. Dr. Luiz Afonso, por gentileza, proceda no sentido de concretizar essa nossa disposição.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Na Pauta, constam vários projetos?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Na verdade, hoje temos só matéria relativa à Pauta Especial do projeto de Lei do Executivo nº 017/20, que faz alterações na Lei Orçamentária de 2020, tratando de remanejamento de recursos de emendas parlamentares impositivas, também autorização para abertura de crédito. Esta é a matéria que temos hoje na Pauta.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Na pauta ordinária não consta nenhum processo?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não temos nada hoje.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): De qualquer forma, vou ter que cumprir a pauta extraordinária que diz respeito às alterações na peça orçamentaria. Quero solicitar a V. Exa. que oficialmente informe à Casa, repetindo o que ocorreu hoje, pela manhã, o calendário da realização das várias audiências públicas que se desdobrarão no mês de setembro, cuja realização se impõe para que a Ordem do Dia possa ser dispensada desse truncamento que no momento ela se encontra. Faça a gentileza, Sr. diretor legislativo, de informar, o que dever estar sendo encaminhado pela Diretoria-Geral a todos os Srs. Vereadores e inclusive incluindo a informação de que o nosso Comitê de Crise, ou seja, o conjunto das lideranças e da Mesa da Câmara, que decidimos hoje prorrogar até 30 de setembro a condição virtual de funcionamento do nosso Legislativo no que diz respeito a reuniões parlamentares como essa que está se realizando no momento. Dr. Luiz Afonso, por gentileza, passe aos nossos colegas as informações por mim já referidas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Sr. Presidente, vamos passar aqui a referir a tabela da programação das audiências públicas. No dia 08 de setembro, agora, vindouro, nós temos já marcada a audiência pública do projeto que trata das contribuições do Previmpa. No dia 10 de setembro, temos marcada já a audiência que trata do projeto a respeito da exclusividade da contratação da Procempa pelo Município. No dia 15 de setembro, nós temos três projetos que serão debatidos na mesma audiência, uma vez que são conexos entre si e foram requeridos pela mesma entidade, a Aiamu, que é o projeto que trata das alterações na gratificação fazendária, na GATT, e dois projetos sobre o teto, um do Executivo e outro da bancada do PT. Dia 17 de setembro, temos também matéria sobre dois projetos, um que trata do pedágio na entrada da cidade e outro que trata da taxa de

mobilidade urbana, solicitado pela Associação dos Jovens Empresários. No dia 18 de setembro, nós temos um projeto do governo que trata sobre a avaliação do ensino básico, solicitada pelo Simpa. No dia 21 de setembro, nós temos marcada, em princípio, a audiência pública do projeto do Ver. João Bosco Vaz, que trata da adaptação de uma quadra poliesportiva na orla, para PCDs. Nós estamos solicitando ainda à entidade que confirme a sua qualidade jurídica para que então possamos fazer ou não a audiência. No dia 22, nós teremos uma audiência pública para debater quatro projetos que são pertinentes entre si; a audiência pública foi solicitada pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, sobre os quatro projetos que tratam da logística reversa, embalagens, lâmpadas, pneus e medicamentos. No dia 24 de setembro nós temos a audiência pública, solicitada pela Ampritec, sobre um projeto que trata dos aplicativos, do Ver. Roberto Robaina. Depois nós temos, no dia 25 de setembro, solicitada pelo Sindicâmará, audiência pública sobre o projeto do Ver. Mauro Zacher, que trata do pagamento dos subsídios do prefeito, vice-prefeito e secretários. No dia 28 de setembro, foi adiantada a audiência pública sobre o projeto dos fogos de artifício, do Ver. Oliboni, solicitada por quatro entidades. Depois, no dia 01 de outubro, nós temos a audiência pública sobre a alteração da área do Sport Club Internacional, e no dia 02 de outubro, última audiência pública, projeto que trata de Áreas Especiais de Interesse Social. Então, essa é a tabela e ela foi encaminhada para as assessorias hoje, depois será encaminhada com essa pequena alteração da audiência do Ver. Aldacir Oliboni, que estava para o dia 01 de outubro e passou para o dia 29 de setembro. Então, essas são as audiências.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço, Sr. Luiz Afonso. Sabedor que sou de que já existem inscrições no sentido da realização de comunicação de liderança, retorno a coordenação dos trabalhos ao diretor para que proceda na chamada do primeiro inscrito.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT) (Questão de Ordem): Sr. Presidente, faço essa questão de ordem, muito em razão do seu relato e da apresentação desse calendário das audiências públicas. Se entendi corretamente, a Câmara – seja em razão dos pedidos de urgência do prefeito aos projetos do Executivo, seja em razão das audiências públicas – não poderá analisar projetos. Se entendi bem. Parece que não temos outra saída, inclusive com respaldo da nossa CCJ. Então, se é isso, se entendi bem, trago uma questão que é a seguinte: nós temos um projeto de lei, inclusive é matéria hoje do Jornal do Comércio, que trata da prorrogação da proibição da circulação dos carrinhos na cidade. A Câmara já, por duas vezes, foi sensível a esse tema, já prorrogou duas vezes essa proibição. A última prorrogação, há quatro anos, finda agora no dia 10 de setembro. Então, se a Câmara não puder mais votar nada, dentro do que falei, até o dia 10 de setembro, acontecerá que, no dia 11, os carrinheiros desta cidade, que estão sobrevivendo – o Presidente Pujol, à época não presidente, foi um dos autores dessa emenda que fez a prorrogação –, ficarão proibidos de circular pela cidade, o que agravará, ainda mais, a situação econômica durante uma pandemia. Então, eu faço uma

questão de ordem para levantar uma dúvida, pois não sei bem o que fazer, não sei como lidar com isso. Compartilho uma angústia, porque não gostaria que essas pessoas fossem proibidas de circular na cidade, ainda mais num momento como esse. Chamei de questão de ordem, Presidente, porque não sei como chamar. Na verdade, vejo aqui um amarramento, pois, como a Câmara, por duas vezes, se posicionou favorável à prorrogação, tenho certeza de que, mais uma vez, se pronunciará dessa forma. Então, peço um auxílio da presidência com relação a isso. O que podemos fazer?

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vereador, mesmo reconhecendo a pertinência do assunto tratado por Exa., entendo que o mesmo não se ajusta bem à questão de ordem, que diz respeito ao andamento dos trabalhos da sessão, mas diz respeito ao andamento dos trabalhos da Casa e à necessidade do Município. É muito relevante a questão de ordem levantada, e, independentemente do seu cabimento ou não, comprometo-me com V. Exa. que, nas próximas 24 horas, nós entraremos em contato com a Diretoria Legislativa e com a Procuradoria da Casa para encontrar uma resposta objetiva a essa formulação adequada feita por V. Exa., em que pesa entender que não é propriamente uma questão de ordem, mas trata de uma necessidade de ordenar uma situação concreta que a Casa e o Município irão viver muito em breve. Agradeço a V. Exa. pela compreensão, pois não respondermos à questão de ordem neste momento, dada a complexidade que nos apresenta. Aliás, a complexidade dessa questão não deve nos surpreender, porque esse dispositivo da Lei Orgânica que impõe que tenhamos de fazer essas audiências públicas, que acabam trancando a pauta, não é desconhecido por todos nós, pelo contrário, ainda hoje, na reunião das lideranças, nós discutimos, exaustivamente, esse assunto. Por enquanto, peço a sua tolerância, pois, em 24 horas, o colégio e a Casa lhe oferecerão uma resposta objetiva a essa situação pertinente, levantada por V. Exa. Obrigado pela sua compreensão.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Obrigado Ver. Pujol pela sua sensibilidade; agradeço ao conjunto da Câmara também.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Boa tarde nobre Presidente, Ver. Pujol, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha nossa sessão virtual da Câmara de Porto Alegre. Quero aqui fazer uma enorme indagação com relação à posição da Prefeitura que, de ontem para hoje, largou uma nota dizendo que os sindicatos, ou precisamente três sindicatos da área da saúde, seriam os responsáveis por pagar a indenização dos trabalhadores demitidos do IMESF recentemente. E agora há pouco o Tribunal Regional do Trabalho diz o seguinte: “O Tribunal do Trabalho da 4ª Região desmentiu nota, nesta quarta-feira, das informações prestadas pela Prefeitura de Porto Alegre no caso IMESF. De acordo com o Município, três sindicatos deveriam

ressarcir os cofres públicos das verbas indenizatórias pagas a trabalhadores do Instituto Municipal de Estratégias de Saúde da Família”.

Portanto, a secretaria agora é, na verdade, a indutora de uma *fake news* querendo criar um clima mais tenso do que possa ter, na medida em que já vai quase um ano, ele vem perseguindo os trabalhadores, vem demitindo, agora quer remitir para os sindicatos pagarem as rescisões trabalhistas. Isso não é atribuição do sindicato. Vamos que houvesse qualquer perda, não são os sindicatos que pagam, porque os sindicatos só fazem a homologação das demissões. Vejam só a tamanha ousadia da Prefeitura, como dizem os sindicatos, tentando desviar o foco do *impeachment*, tentam criar fatos novos em outras áreas para poder tentar, vamos dizer assim, dizer o que está por trás da pressão no prefeito. Quero dizer ao secretário da saúde para que tanto ele como o Prefeito se preocuparem mais com o atendimento médico da população e dos trabalhadores da saúde que estão na linha de frente em tempo de pandemia. Lamentavelmente, ainda não são feitas testagens para os trabalhadores da saúde e serviços essenciais que, porventura, venham a apresentar sintomas de terem contraído uma informação, lá no *site* Transparência, de que tinha comprado um número significativo de testes. Retirou a informação do *site* Transparência, e agora ninguém sabe mais quantos testes ele faz diariamente; para quem faz os testes, e como é distribuído na rede de atenção, tanto para aqueles que têm necessidade, que contraíram o coronavírus, cidadãos, cidadãs que buscam no posto de saúde o atendimento, como também para os trabalhadores municipais.

Nesse sentido, eu queria dizer que governo municipal e o secretário da Secretaria Municipal da Saúde têm que se preocupar, sim, para repor os trabalhadores que estão faltando, que não fizeram concurso público, tanto no HPS como no Postão da Cruzeiro, no HPV e na Atenção Básica, porque, na grande maioria, são trabalhadores que contraíram o coronavírus ou que estão ainda no tempo de distanciamento. Não foi repostos nenhum trabalhador, e com isso acaba precarizando ou sobrecarregando o trabalho dos demais trabalhadores que ali estão, eu diria, com uma carga enorme de atendimento, de serviço nesses postos de saúde de pronto atendimento. Por outro lado, os postos terceirizados estão mais complicados do que se imaginava, mas o governo não divulga nada. Os terceirizados pagam salários baixos, há uma rotatividade enorme, poucos trabalhadores suportam e acabam saindo do serviço. Isso também tem acontecido na Atenção Básica, onde ele terceirizou com hospitais de Porto Alegre. A oferta de serviços está sobrecarregada e os salários são bem insuficientes, bem menos do que preconizam e defendem as entidades representativas.

Portanto, quero dizer aqui que, infelizmente, está nas redes, é bom que as pessoas saibam, que o governo, de ontem para hoje, colocou uma *fake news* nas redes, mas que agora foi desmentido pelo Tribunal Regional da 4ª Região. Obrigado, uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Reginaldo Pujol, permita-me cumprimentá-lo, agradecer pela importante reunião que tivemos hoje pela manhã, trabalhamos por um grande consenso de que vamos continuar até o dia 30 de setembro, de modo virtual remoto...

Chegamos a conclusões sobre as reuniões conjuntas; também o senhor vai encaminhar, na terça-feira, o edital do Glênio Peres, porque os nossos artistas, que tanto almejam isso, estão vivendo um momento difícil. Muito obrigado mais uma vez.

Eu preciso, colegas vereadores e vereadoras, em nome da bancada do PT, falar da terceirização dos serviços na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em especial na SMED. Eu posso mandar para os senhores um dos contratos de mais de R\$ 36 milhões com a Multiclean. Eu fiz as contas, agora, numa renovação de contrato, portanto não está dentro desse contrato que eu acabo de mencionar, foi feita uma renovação de 337 auxiliares, em dezembro, a um custo de R\$ 3.439,00, por cabeça, e descontando todos os benefícios sociais, previdência, etc. e tal – isso foi feito por um especialista em direito do trabalho, coisa que eu não sou –, só nesse contrato, essa empresa tem um lucro de R\$ 300 mil/mês. Essa empresa atrasa, todos os meses, os salários. Uma pessoa chamada Magda – isso é voz corrente entre todos os servidores, diretores de escolas e professores – maltrata todo mundo, por isso nós acionamos o Ministério Público do Trabalho por assédio moral coletivo. Vou repetir, assédio moral coletivo, e o nosso pedido ao Ministério Público do Trabalho teve vários desmembramentos, várias pressões sobre a Prefeitura e sobre essa empresa. Há quem vá para mídia, é tão fácil agora falar qualquer coisa, dizer isso ou aquilo sobre a relação com a Multiclean, que alguns não vão ser demitidos, etc. e tal; eu digo: vamos com calma. Os bons, as pessoas de boa-fé, a gente sabe que vão ser sempre, com raríssimas exceções, pessoas de boa-fé; a mesma coisa é uma empresa que tem como característica a impositividade legal de prestar um serviço, de responder, por três meses, por qualquer contrato. Também sabemos que uma empresa assim, como a propriedade, tem que ter um ônus social, ou seja, ela tem que trazer algum tipo de benefício para a população, e não só usufruir do ganho de capital.

Nesse sentido, eu, mais uma vez, venho aqui dizer da minha preocupação e dizer que o secretário Adriano Naves de Brito, como sempre, do alto do seu autoritarismo, coisa até um pouco estranha para filósofos – não é, Pujol? –, porque os filósofos normalmente são diferentes, tratam as pessoas de forma diferente... Por exemplo, o professor Ernildo Stein, para citar o nosso grande filósofo, é completamente diferente; mas esse filósofo é mais um sujeito da época do trabalho desserviçal, e nós repudiamos essa questão.

Nós estamos atentos a esse tema, meus caros colegas vereadores, nós já expusemos vários documentos. Quem tiver necessidade de outros dados, eu anuncio aqui: estou fazendo, desde ontem, uma complementação de documentos. Tenho agora o “recebido” de um trabalhador do Ministério para os nossos documentos acostados e

hoje farei um recurso para outros encaminhamentos. Dito isso, vos digo: boa tarde, boa reunião, e vamos tocar o nosso barco para frente. Esta Câmara Municipal sempre engrandeceu e deve engrandecer cada vez mais a alma desta cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço a V. Exa. e, imediatamente, consulto a Diretoria Legislativa se há alguma nova inscrição para Comunicação de Líder.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não há novas inscrições, Presidente. Registro a presença do Ver. João Carlos Nedel.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Eu poderia fazer uma pergunta ao Presidente, Luiz Afonso?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Claro, pois não.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Questão de Ordem): Presidente, nós derrubamos o veto da testagem para os serviços essenciais já faz uns 15 dias, e eu gostaria de saber quando é que vamos fazer a promulgação dessa lei da testagem obrigatória em Porto Alegre, que deverá ser feita por V. Exa., se não me engano.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu agradeço a consulta de V. Exa. e transfiro para a Diretoria Legislativa para que informe se, efetivamente, esse prazo existe, se está dependendo da nossa promulgação. Nós desconhecemos... (Problemas na conexão.) ...que isso esteja ocorrendo. Ao diretor legislativo eu solicito esclarecimento ao vereador, líder da oposição, a respeito do seu pedido.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Nós vamos verificar, Ver. Oliboni, e, em seguida, lhe responderemos.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Não havendo mais inscrições para a liderança e não tendo assunto para a Ordem do Dia, nem havendo condição de funcionar, passamos de imediato ao período de Pauta Especial, relativamente à matéria que tem implicações orçamentárias e que naturalmente tem uma Pauta Especial para ser utilizada. Acredito que a Diretoria Legislativa concorde com a nossa decisão.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Então, aproveito essa concordância para consultar se algum dos senhores vereadores deseja se inscrever para debater esse assunto constante da Pauta Especial.

Passamos à

PAUTA ESPECIAL – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

3ª SESSÃO

PROC. Nº 0263/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 017/20, altera a Lei nº 12.655, de 27 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2020. (remanejamento/recursos/ emendas parlamentares impositivas; autorização/abertura/créditos independentemente/limite estabelecido) **Com Emenda nº 01. (SEI 118.00155/2020-71)**

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Não há inscritos para discutir a Pauta Especial. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

VEREADOR PAULO BRUM (PTB): Presidente, não seria interessante esclarecer os senhores vereadores sobre as deliberações das nossas reuniões da manhã? Sobre a questão da extraordinária para votarmos os Títulos Honoríficos de Cidadão de Porto Alegre?

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Perfeitamente, obrigado, Ver. Paulo Brum, V. Exa. faz uma lembrança muito oportuna. Nós deliberamos hoje de manhã, na reunião conjunta da Mesa Diretora com o conselho de líderes, que nós veríamos as inscrições para que seja solicitada a inclusão de uma reunião especial de vários projetos que precisam de análise das comissões, que já tenham tido análise prévia da Comissão de Constituição e Justiça, e que poderão ser analisados em conjunto numa reunião extraordinária conjunta. Então, nós queremos que esses assuntos sejam encaminhados à Diretoria Legislativa, além do que a reeleição daqueles outros assuntos, cuja aprovação esteja pendente de uma decisão majoritária da Casa, ou seja, especialmente a concessão de Títulos Honoríficos de Cidadão Emérito ou de Cidadão Honorário, que precisam de 24 votos. Como é um assunto um tanto quanto técnico e um pouquinho confuso, eu pediria que o nosso diretor legislativo, com a sua competência de sempre, expusesse qual é o objetivo da abertura dessa possibilidade e quais como os Srs. Vereadores, através das lideranças ou de seus liderados, deverão proceder, a fim de nós materializarmos essas intenções. Dr. Luiz Afonso com a palavra.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Presidente. Conforme deliberado hoje na reunião do colégio de líderes e da Mesa, foi acordado que, na próxima quarta-feira, haverá uma sessão para votação de Títulos. Os Prêmios, como todos sabem, têm votação terminativa nas comissões, não precisam ir ao plenário. Como é que nós vamos organizar isso, para chegar até quarta-feira? Nós estabelecemos um prazo até o final da tarde de amanhã, quinta-feira, 18h, para a indicação desses Prêmios e Títulos que os vereadores desejam que estejam aptos para serem votados. Nós vamos fazer uma reunião conjunta para essas proposições na segunda-feira. Mas o que é que acontece? Os Prêmios e os Títulos, eles já têm que estar em condições de apregoamento, porque não temos como, por exemplo, um Prêmio ou um Título protocolado... (Problemas na conexão.) ...ser apregoado amanhã. Então, só aquilo que, eventualmente, já esteja protocolado, que a gente consiga apregoar até amanhã. Na segunda-feira, faremos a conjunta e, na quarta-feira, votaremos os Títulos. Com a conjunta de segunda-feira, os Prêmios, que não precisam passar no plenário, já vão estar aprovados, eles só virão para promulgação. Fundamentalmente é isso. Indicar os Títulos e Prêmios até amanhã, faremos a conjunta na segunda e, na quarta, a votação dos Títulos. É isso, Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): (Problemas na conexão.) ...para serem examinadas na reunião conjunta de segunda-feira necessariamente não têm que ter sido antes examinadas pela Comissão de Constituição e Justiça?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, vai ser na conjunta. Só Títulos e Prêmios.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Chamo atenção dos colegas dessa necessidade, no final da tarde de amanhã, é isso, diretor?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sim, até às 18h de amanhã.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Até às 18h de amanhã a indicação dos processos que precisam ser objeto desse exame especial. Incluem-se, inclusive, alguns casos de nomes de rua, que necessariamente não precisam ser objeto do plenário, porque se percorreu em todas as comissões, eles ficam resolvidos. Se a comissão conjunta aprovar, nós temos essa solução já antecipada, independente de qualquer outra situação. Então, a data de amanhã é fundamental.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): E os projetos têm que estar apregoados até amanhã também, porque ainda vão precisar do parecer da Procuradoria para podermos fazer a conjunta segunda. E segunda-feira faremos as duas pautas, também, Presidente, para os que ainda não têm.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Perfeito. Eu fico meio preocupado que não posamos, agora, oferecer uma resposta de imediato ao Ver. Oliboni, que nos pediu uma questão de ordem. Consultamos o Ver. Oliboni se é possível respondermos nas próximas horas, independentemente de estar reunida a Casa ou não, ou se necessariamente teria que ser feito agora.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Eu entendi, o Luiz Afonso tem que dar uma olhada se já foi para o governo, se já voltou. Tem um trâmite, eu estou entendendo, é que, como passaram 15 dias, nós já poderíamos ter feito, vai ver atrasou em algum lugar. Obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Nós vamos ver, vereador, e lhe retornamos em seguida.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A minha dúvida é a contagem dos dias, porque, às vezes, os dias dependem muito da elaboração da redação final, que eu não sei quando foi feita. Não é possível acompanhar todos esses dados, por isso é preciso que seja feito um exame, e será feito ainda no dia de hoje e, amanhã, lhe daremos a informação correta. Tudo bem, vereador?

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Obrigado, Presidente.

VEREADOR RICARDO GOMES (DEM): Presidente, eu gostaria de registrar a minha presença, por gentileza.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, vereador, está registrada.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): É uma alegria para nós poder registrar a presença de V. Exa. Se existe algum vereador que não tenha registrado ainda sua presença e que queira fazê-lo, a oportunidade é agora. Não havendo, eu agradeço a presença de todos os colegas.

Não havendo mais nada a ser tratado, agradeço a presença de quase 30 vereadores nesta reunião, o que demonstra que, apesar das dificuldades momentâneas, o Legislativo de Porto Alegre continua pulsando com seus integrantes com vontade de trabalhar, enfrentado alguns percalços, que sabidamente nos darão luz e experiência para contornar problemas futuros. Um abraço a todos e muito obrigado.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se sessão às 14h53min.)

* * * * *